



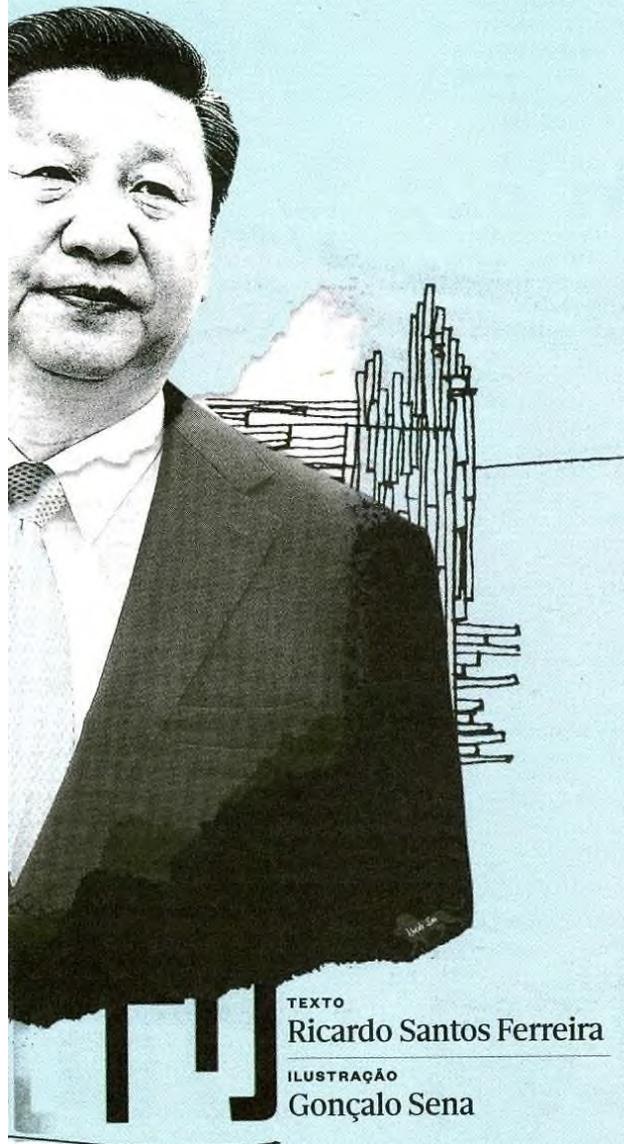
A ALTERNATIVA CHINESA E DOS BRICS AOS EUA E

Pequim tem sido o centro do mundo diplomático, com diversos países a responderem à ambição chinesa de juntar uma dimensão política ao poder económico e à crescente capacidade militar, para ter um papel mais relevante na cena internacional. A questão que se coloca é saber se a China - e os BRICS - conseguem já constituir-se como uma alternativa agregadora à hegemonia norte-americana, juntando outros países e explorando soluções diferentes do mundo ocidental. Os especialistas concordam numa mudança em curso, mesmo havendo divergências sobre os prazos e a amplitude do movimento





A EXISTE?



TEXTO
Ricardo Santos Ferreira

ILUSTRAÇÃO
Gonçalo Sena

Primero, foi o chanceler alemão, Olaf Scholz, no início de Novembro; depois, na semana passada, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez; e, agora, o Presidente de França, Emmanuel Macron, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a visitarem a China. Também o presidente do Irão, o ministro dos Negócios Estrangeiros das Honduras, num processo de realinhamento político; e líderes ou autoridades do Camboja, Mongólia, Paquistão, Singapura, Coreia do Sul e Tailândia viajaram até à capital chinesa, e entre 11 e 14 de Abril será o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a cumprir a visita que tinha sido adiada, devido a uma pneumonia.

Pequim tornou-se o centro do mundo diplomático, com a multiplicação de contactos.

Pelo meio, o Presidente chinês, Xi Jinping, esteve na última reunião do grupo dos 20 países mais industrializados, em Bali, na Indonésia, onde se encontrou com o Presidente norte-americano, Joe Biden, num momento em que a tensão entre os dois países era elevada; foi à reunião da APEC; visitou a Arábia Saudita; assinou os 40 anos de relações diplomáticas com Angola; e, principalmente, esteve em Moscovo, na Rússia, com o Presidente russo, Vladimir Putin, afirmando-se como um poder autónomo na cena internacional.

Alternativa chinesa

Isto cumpre a ambição definida por Xi Jinping quando foi formalmente reeleito pela Assembleia Popular Nacional, por unanimidade, para um inédito terceiro mandato como Presidente da República Popular da China, de ter um papel internacional mais relevante, juntando ao poder económico e à crescente capacidade militar uma dimensão política que quer ver reconhecida, a começar pela mediação de conflitos.

"Devemos erguer bem alto a bandeira da paz, do desenvolvimento, da cooperação e do benefício mútuo, estar sempre do lado certo da História, praticar o verdadeiro multilateralismo e os valores comuns da humanidade, participar activamente na reforma e desenvolvimento do sistema de governança global e promover o

desenvolvimento de uma economia mundial aberta", defendeu Xi, no seu discurso de posse.

A romaria de chefes de Estado e de governo a Pequim mostra que a mensagem foi ouvida, que é reconhecida à China a capacidade de ser um actor relevante na cena internacional e que foi devidamente notada a pretensão de Pequim de ter uma maior capacidade de intervenção.

A questão que se tem colocado é se a China conseguirá afirmar-se como uma alternativa à hegemonia prática dos EUA no plano internacional, juntando à sua volta outros países.

"É evidente que o poder da China está a aumentar, mas não estamos ainda no ponto, nem estaremos tão cedo, de a China conseguir construir uma alternativa à ordem internacional vigente", considera, em declarações ao NOVO, Pedro Ponte e Sousa, professor de Relações Internacionais da Universidade Portucalense. "Não interessa verdadeiramente à China transformar especialmente o quadro de relações internacionais actual, do qual beneficiou largamente, sobretudo do ponto de vista económico. Ao mesmo tempo, a China procurar criar uma verdadeira alternativa significa cristalizar o quadro actual de uma espécie de Guerra Fria 2.0 e aceitar largamente os termos de separação entre Ocidente e parte do Oriente nos termos em que o Ocidente tem definido esta realidade, pelo que a China procurará evitá-lo a todo o custo", acrescenta.

A longo prazo, "a China terá um forte aumento de poder que implicará algumas tentativas de transformação da ordem internacional vigente, mas tendendo sempre para uma posição relativamente suave", diz Pedro Ponte e Sousa

No entanto, refere que, a longo prazo, "a China terá um forte aumento de poder que implicará algumas tentativas de transformação da ordem internacional vigente, mas tendendo sempre para uma posição relativamente suave".

Para Paulo Brardo Duarte, professor de Ciência Política na Universidade Lusófona do Porto, "é viável a construção de uma alternativa liderada pela China; ela já existe em alguns aspectos, nomeadamente com a construção do Banco Asiático de Investimento em Infra-Estrutura, do qual fazem parte países europeus, contra a vontade dos EUA".

"Mais instituições multilaterais vão seguir-se com a China, actor tardio no multilateralismo, mas a dar cartas extraordinárias", diz, acrescentando que "a diabolização, com a criação de um mundo com eixos do bem e do mal, como tem sido relativamente recorrente na política externa americana criar, não funciona".

"Basta ver que Biden quer retomar a Cimeira para a Democracia, para a qual metade do mundo foi convidada, ainda por cima com critérios díspares, não sendo propriamente alguns democráticos e outra parte não se revê pura e simplesmente no estilo de uma democracia assim, portanto, naturalmente abraçará uma alternativa construída pela China e por outros BRICS", avisa.

O peso dos BRICS

A China integra - e, de alguma forma, lidera - os BRICS, o acrónimo que representa o grupo de países constituído pelo Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, considerados, quando o termo foi cunhado, em 2001, economias emergentes a caminho de ter uma maior relevância global. O peso do conjunto destas economias no produto interno bruto (PIB) mundial, medido em paridades de poder de compra, terá sido de 31,5% em 2020, ultrapassando, pela primeira vez, o peso das economias do grupo dos sete países mais industrializados - Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América (EUA), França, Itália, Japão e Reino Unido -, a que se junta a União Europeia.

Os BRICS começaram como um grupo informal, mas que tem evoluído para a criação de instituições, com destaque para o Banco do Novo Desenvolvimento (BND),





LUDOVIC MARIN/POOL LUSA

“Quem não se adapta – Estados Unidos e União Europeia – poderá correr o risco de, depois, ver uma parte do mundo substancial alinhar-se a favor da China e de outros BRICS”, diz Paulo Brando Duarte

→ criado pelos cinco países fundadores, mas ao qual já se juntaram o Bangladesh, o Egito e os Emirados Árabes Unidos, sentando-se o Uruguai na antecâmara de uma adesão.

Numa entrevista, no mês passado, Naledi Pandor, a ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul – país que tem, nesta altura, a presidência rotativa dos BRICS –, disse que na sua secretária estão 12 cartas de países interessados em aderirem ao movimento, tendo apontado os que já são parceiros no BND: a Arábia Saudita, a Argélia, mas também a Nigéria, a Argentina e o México.

Apesar de todo o potencial, Pedro Ponte e Sousa duvida da capacidade agregadora deste bloco. “Os BRICS têm uma enorme promessa, mas é muito pouco provável que alguma vez venham a cumpri-la”, diz ao NOVO. “São Estados com objectivos muito

diferentes entre si, com circunstâncias económicas, políticas, sociais e culturais muito distintas, e objectivos de política externa também muito distintos. Os avanços que os BRICS tiveram até agora, mais em aspectos financeiros e monetários do que propriamente em questões político-diplomáticas, demonstram bem que não há um ‘cimento’ especialmente sólido na relação entre eles, que é essencialmente movida pela tentativa de redução da influência do dólar – e, portanto, dos EUA – nas relações económicas internacionais e de desenvolvimento”, acrescenta.

“As próprias rivalidades de poder entre os membros dos BRICS deverão continuar a impedir, a par das grandes diferenças entre eles, uma posição política mais concertada”, considera.

Paulo Brando Duarte é, por sua vez, mais optimista em relação ao papel deste grupo de paí-

ses, mesmo se colocada em causa a consistência do movimento. “Acredito que caminhamos para um mundo onde os BRICS já não se contentam em falar de multipolaridade; eles reclamam-na, neste momento”, diz. “Prova disso é a questão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que não pode permanecer um clube fechado para sempre porque não espelha a visão do mundo pós-Breton Woods”, acrescenta.

Independentemente da solidez das relações deste grupo de países que, na prática, desafiam a ordem internacional dominante, o professor de Relações Internacionais da Universidade Portucalense diz que, para os EUA, mas também para o Ocidente, há duas opções possíveis: “Ou aceitam alguns ajustes a esta ordem [a actual], seja na dimensão económica, político-militar ou de segurança, de acordo com as pretensões da China; ou, rejeitando esses ajustes, isso significa um aumento das tensões EUA/Ocidente – China.”

“Quem não se adapta – Estados Unidos e União Europeia – poderá correr o risco de, depois, ver uma parte do mundo substancial alinhar-se a favor da China e de outros BRICS”, aponta o professor de Ciência Política na Universidade Lusófona do Porto.